

O Brasil na era verde: a consciência ecológica no país segundo pesquisas de opinião

Samyra Crespo

Pesquisadora do CNPq (MAST/RJ)

Resumo

Este artigo apresenta os resultados do projeto “O quê o brasileiro pensa sobre ecologia?”, elaborado na ocasião da Conferência Rio-92. Baseado em dados quantitativos e qualitativos (survey de 3.650 entrevistas e 72 entrevistas em profundidade com grupos selecionados), mostra os valores e atitudes dos brasileiros quanto ao meio ambiente, ecologia e controle da natalidade.

Palavras-chave: ecologia, Conferência Rio-92, Amazônia, controle da natalidade

Abstract

This article presents the results of the research project “What do Brazilians think about ecology?”, elaborated during the Rio-92 Conference. Based on quantitative and qualitative data (3.650 survey interviews and 72 in-depth interviews with selected groups), it shows the Brazilians values and attitudes toward environment, ecology and birth control.

Keywords: ecology, Rio-92 Conference, Amazon, birth control

Breve histórico do projeto

Quando formulamos o projeto *O quê o brasileiro pensa da ecologia*, com a meta explícita de participar ativamente dos debates sobre meio ambiente por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como *RIO-92*, tínhamos em mente dois objetivos: superarmos uma fase impressionista na coleta de dados na pesquisa sobre a consciência ecológica do brasileiro e refletirmos, pensando a realidade do Brasil, sobre algumas teses colocadas pelos analistas do desenvolvimento do ambientalismo no chamado primeiro mundo.

Superando o impressionismo

Chamamos impressionismo ao fato de os dados de natureza quantitativa e qualitativa relativos ao movimento ambiental brasileiro e seus mecanismos de institucionalização terem sido quase sempre coletados, até as vésperas da conferência, por intelectuais militantes, no âmbito de pesquisas de pequeno porte, sem escopo nacional. O melhor trabalho nessa linha é sem dúvida, o do cientista político Eduardo José Viola que alia à tarefa descritiva do estado do ambientalismo no Brasil um esforço teórico bastante interessante, e que houvessem por bem adotar, por ser o mais completo encontrado na literatura especializada sobre a dinâmica de incorporação pela sociedade brasileira da problemática ambiental.

A questão básica para nós, formuladores e coordenadores do projeto, era mapear a base material constitutiva da organização da cultura, que estaria dando suporte a um certo tipo de pensamento e ativismo ecológico no Brasil. Com esse fim, uma série de iniciativas foram então levadas a cabo, desenhando um projeto ambicioso que ainda está em desenvolvimento: levantamento da produção editorial e universitária brasileira sobre o assunto nos últimos dez anos; constituição de uma base de dados sobre “imprensa e meio ambiente” que pudesse informar sobre a circulação de temáticas em 5 jornais e revistas brasileiras considerados formadores da opinião nacional; levantamento do perfil médio das entidades ambientalistas que se multiplicaram nos últimos sete ou oito anos com base nas respostas a mil questionários enviados as cinco regiões do País; e, finalmente, um registro do que seria a opinião pública brasileira sobre a temática ecológica, a partir de dois materiais: uma pesquisa nacional de opinião pública realizada com suporte técnico de um instituto especializado e uma pesquisa qualitativa com formadores de opinião.

O desafio de utilizar a pesquisa de opinião como instrumento acadêmico

Pelo menos três são as ordens do desafio a serem enfrentados quando se pensa em utilizar as pesquisas de opinião pública em projetos de cunho acadêmico: a primeira refere-se à natureza mesma da pesquisa de opinião, ou seja, à idéia de que o registro obtido nesse tipo de prospecção é excessivamente conjuntural e muitas vezes “viciado” por questionários “chapados” aplicados indiscriminadamente a todos os segmentos populacionais, sem levar em conta as culturas regionais, os universos vocabulares que separam as classes e grupos sociais, sem mencionar as barreiras que existem entre o que seriam “duas culturas”, a acadêmica com os seus imperativos de rigor e tempo próprio de produção e a dos institutos de opinião com sua base técnica standardizada, movida por e para uma lógica de mercado. A segunda diz respeito ao alto custo de uma pesquisa desse tipo, razão pela qual raramente pesquisas universitárias no Brasil, com a sua pobreza habitual de recursos, lançam mão desse instrumento. De um modo geral, o custo médio de uma pesquisa de opinião de âmbito nacional é de U\$50.000 e equivale ao orçamento de todo um projeto de porte médio na área das ciências humanas. Há ainda o agravante de que cada vez menos agências de financiamento mais tradicionais da pesquisa brasileira, como a FINEP e o CNPQ, aprovam projetos em ciências sociais que impliquem recursos dessa monta e ainda relativos à contratação de institutos de pesquisa; e aí chegamos à terceira ordem que, naturalmente, se imbrica nas demais: trata-se do preconceito, da falta de tradição de embasar trabalhos de interpretação com dados quantitativos e por consequência a insuficiência de formação dos profissionais de ciências sociais da área acadêmica, na qual me incluo, para trabalhar com dados gerados por esse tipo de pesquisa. Passado um certo entusiasmo pelo que seria uma sociologia de cunho quantitativista, que empolgou a muitos nos anos sessenta, rapidamente voltou-se à prática da investigação qualitativa e hoje pode-se dizer que, fora da ciência política, poucas são as pesquisas de opinião de espectro mais amplo que prospectam a forma de ser e de pensar do brasileiro sobre variados temas, que não sejam orientadas por e para lógicas de mercado.

Estes e outros desafios na prática

O Museu de Astronomia e Ciências Afins, instituto de pesquisa do sistema CNPQ, onde o projeto *O quê o brasileiro pensa da ecologia* foi sediado, já possuía uma tímida experiência em trabalhar com pesquisa de opinião, ao ter realizado em 1987, com a intenção de subsidiar as discussões que então se davam no Congresso Nacional, por época da Constituinte, o trabalho intitulado “O quê o brasileiro pensa da ciência da tecnologia”, encomendado na ocasião ao Instituto de Pesquisa Gallup. O relatório dessa pesquisa foi publicado e causou bastante repercussão ao mostrar à comunidade científica o quanto o fazer científico e tecnológico estava distante das demandas e do conhecimento da população brasileira, e o quanto era preciso, em termos de esforço de informação e comunicação, para mostrar à sociedade a necessidade de incluir o investimento em educação e pesquisa no leque das ditas prioridades nacionais. Embora apresentasse resultados bem interessantes naquele momento, o banco de dados dessa pesquisa jamais foi trabalhado ou submetido a um esforço de processamento estatístico que procurasse refinar os dados e superasse os registros das tabelas simples e dos poucos cruzamentos de variáveis então apresentados.

Neste segundo trabalho institucional, com equipe diferente e com uma consultoria especial, nossa intenção era dar um passo além e não só interagir mais com o instituto contratado, no caso o IBOPE (que demonstrou particular interesse em realizar a pesquisa e para tanto baixou razoavelmente os custos) e trabalharmos mais os resultados a partir das nossas próprias hipóteses e objetivos.

Em todos os sentidos, o projeto *O quê o brasileiro pensa da ecologia*, desde o seu início, representou uma maneira ousada, ou pelo menos não convencional de se fazer pesquisa no Brasil. Após percorrermos os caminhos tradicionais em busca de financiamento e esbarrarmos em preconceitos por parte de algumas agências, falta de recursos em outras e em pouco tempo hábil para o *funding raising* internacional, resolvemos viabilizá-lo com um *pool* de recursos conseguidos, na seqüência, junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, à Secretaria Nacional do Meio Ambiente, então sob a direção do ecologista José Lutzemberger e de fontes privadas como o Jornal da Tarde e a Agência Estado de Notícias, que se interessaram em divulgar os resultados da pesquisa, além do apoio de uma organização não governamental do Rio de Janeiro, ISER. Esta última começava a fazer um trabalho voltado ao tema da ecologia para a RIO 92 e também a implementar – no seu núcleo de pesquisa – uma forma combinada de utilização de técnicas quantitativas e qualitativas na investigação de temas sociais.

Resolvido o problema financeiro, era enfrentar os desafios de ordem teórica e metodológica.

Equacionando a questão metodológica

Vários intelectuais e pesquisadores da arena ambiental, com quem discutimos inicialmente o projeto, levantavam dois problemas que uma vez não equacionados, poderiam comprometer todo o esforço. O primeiro deles referia-se à idéia de que já era possível prever de antemão os resultados gerais da pesquisa. Segundo eles, ela iria apenas confirmar o que todo mundo já sabia: que a maior parte dos brasileiros, pelo baixo grau de instrução e informação, já indicados em outras pesquisas sobre outros temas, não entende nada do que seria “a complexa questão ambiental” e que diante das mazelas do país (recessão econômica, falência do Estado, aumento da violência, etc.) poucos haviam de se importar com assunto tão moderno e tão “classe média” como o tema da ecologia e do equilíbrio ambiental. O segundo referia-se à suposta necessidade de constituir-se séries históricas para se tirar algum dado conclusivo de tais pesquisas, ou seja, repetir-se a prospecção, com a mesma bateria de perguntas, em intervalos de tempo não menores que dois e não maiores que cinco anos, a fim de verificar-se quais questões foram afetadas por fatos apenas conjunturais e quais permaneceram. A dificuldade de se fazer séries históricas em pesquisa de opinião esbarra, como era de se esperar, na escassez de recursos e no limite de tempo dos projetos. Örjan Olsén, conceituado profissional da área de pesquisas de opinião, na época à frente do IBOPE, consultado antes mesmo de resolvermos levar o projeto adiante, mostrou-nos uma série de pesquisas eleitorais (encomendadas por candidatos) onde os chamados problemas ambientais como poluição, saneamento, inundação, etc., eram pouco mencionados, numa lista de prioridades, pela população que devia indicar as áreas merecedoras de maior atenção e investimento por parte do poder público. Segundo ele, a variável “instrução” era tão definitiva na determinação de uma certa “consciência ecológica” que seria mais produtiva uma pesquisa centrada nos grupos de perfil educacional mais alto. Não negava, contudo, que a nossa pesquisa se propunha como a mais completa até então realizada no Brasil e que uma prospecção temática sobre ecologia podia estabelecer alguns dados de comparabilidade com outras pesquisas realizadas internacionalmente (algumas incluindo o Brasil numa grade ampla de países do primeiro, segundo e terceiro mundos, que iremos comentar mais à frente).

Era nossa hipótese teórica, no entanto, que estávamos longe de saber, de antemão, tudo o que o brasileiro médio, cidadão comum, pensava a respeito da temática ambiental e que o problema estava na matriz teórica com que tais pesquisas eram feitas, perguntando à população questões atreladas a certa maneira pré-concebida de entender o desenvolvimento da consciência ambiental no primeiro mundo. Como bem colocou no relatório final de nossa pesquisa, o cientista político Pedro Wilson Leitão Filho, também coordenador do programa, partíamos de duas idéias relativamente novas:

"Nos países periféricos (como o Brasil) verifica-se uma dupla dinâmica cultural, onde misturam-se elementos modernos, quase sempre identificados pela ótica econômica ao desenvolvimento capitalista, com elementos arcaicos, ou pré-modernos, identificados com as idiosincrasias culturais locais, criando nichos de resistência e atraso. Tidas como estágios inferiores da consciência e da cultura, frente ao padrão euro-americano das nações desenvolvidas, esse universo permaneceu desconsiderado até pouco tempo. A crise ambiental, dentre outras coisas, ao colocar em xeque o padrão civilizatório adotado pelo Norte e ao indagar sobre modelos alternativos do homem lidar com a natureza e de produzir uma cultura menos predatória, revaloriza essa cultura de base não européia mais tradicional e esses modos de organização social e econômica que revelam uma maior interação entre o homem e sua base natural ou de recursos.

Esse olhar alternativo sobre as sociedades tidas como subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, a partir portanto de um ângulo menos preconceituoso, abre a possibilidade de abordar as culturas latino-americanas, e a brasileira em particular, com questões de outra natureza, diferente daquelas colocadas habitualmente pelo paradigma economicista desenvolvido/subdesenvolvido. Trata-se então de fugir ao determinismo sociológico de que, se mais da metade da população recebe menos que um salário mínimo e se não tem acesso aos níveis mais altos da educação, então ela nada tem a dizer sobre ecologia."

Com esse conjunto de premissas, propusemo-nos a dialogar criticamente com a matriz que estabelece ser a consciência ecológica produto de sociedades desenvolvidas, que já superaram a fase de prover as condições básicas de sobrevivência e que, portanto, podem dar-se ao luxo de reformar o seu sistema de produção de bens e recursos, com base em valores éticos, valores esses, como sugere o famoso trabalho de Inglehart, "pós-materialistas".

Na linha de raciocínio de que uma série de "pós" (pós-moderno, pós-industrial, pós-materialista, etc.) favorece a emergência de novos valores nas sociedades industriais ricas, partimos da hipótese de que em sociedades periféricas, semi-industrializadas, ou dinamizadas por uma cultura mais tradicional, a prevalência ou simplesmente a presença de alguns valores mais ligados a experiências arcaicas ou pré-capitalistas da interação homem-natureza pudessem

indicar um "solo fértil", por assim dizer à emergência de uma consciência ecológica, sem necessariamente passar por uma fase da cultura correspondente ao que se pode chamar de industrial avançada ou pós-industrial. Na verdade, aventamos a possibilidade de que mesmo que o ambientalismo seja um movimento histórico que nasce nas sociedades do Norte, e tenha por base a condição muito clara da crise ambiental com efeitos globais, mais de uma modalidade de consciência ecológica pode ser constituída. E mais, que não só o conhecimento racional, científico e tecnológico pode mobilizar as pessoas em favor de uma atitude menos predatória em relação à natureza e ao meio ambiente. Entendemos que valores éticos, culturais, religiosos, etc. desempenham um importante papel na constituição de posições e atitudes de indivíduos e grupos sociais.

Tal postura levou-nos à decisão metodológica de procurar combinar em um mesmo questionário a ser aplicado à população, questões de ordem mais valorativa, a respeito de hábitos, costumes, sentimentos, com outras de cunho mais opinativo estrito senso, tentando prospectar adesões a uma série de teses consagradas na área ambiental e que servem para medir o grau da consciência ecológica.

Deste modo, tanto na pesquisa quantitativa, quanto na qualitativa com formadores de opinião, que teremos ocasião de comentar no decorrer deste artigo, houvermos por bem formular blocos temáticos que tinham por fim cobrir estes dois eixos e que foram os seguintes:

Bloco 1: Conhecimento e adesão a valores ambientais

Bloco 2: Conceitos e definições sobre meio ambiente e ecologia

Bloco 3: Relações entre meio ambiente, pobreza e desenvolvimento

Bloco 4: Identificação de problemas ambientais, agentes agressores e defensores do meio ambiente

Bloco 5: Conhecimento e opiniões sobre a RIO-92

Bloco 6: Via de solução para problemas ambientais

Bloco 7: Meios de informação sobre meio ambiente e ecologia

Inventar a roda ou o drama do material disperso

Um dos maiores problemas que se apresenta para quem faz pesquisa no Brasil é a reunião de materiais já produzidos na especialidade ou temática que se trabalha. Realizado antes da constituição do CESOP que, sem dúvida alguma, virá prestar um inestimável serviço à comunidade acadêmica (mas não só), uma das maiores dificuldades foi reunir pesquisas de opinião anteriormente realizadas, nacionais e internacionais. Infelizmente, grande parte do material existente estava sob sigilo (pesquisas encomendadas por clientes que não liberaram sua divulgação) ou então dispersa, sendo de difícil localização. Duas pesquisas internacionais, uma das quais comentaremos, tinham terminado a parte da prospecção brasileira, porém seus resultados não estavam disponíveis. Em poucas palavras, quanto mais nos chegavam às mãos pequenas pesquisas sobre meio ambiente, mais nos convencíamos sobre a pertinência do nosso trabalho e do objetivo de constituirmos uma base de dados a mais completa possível que pudesse servir de um divisor de águas no que diz respeito à tomada de opinião sobre meio ambiente.

O drama do questionário ou a linguagem do povo e das elites

Quanto mais limitado e insuficiente o material produzido antes da nossa pesquisa, mais se colocava o desafio de formularmos um questionário adequado e mais abrangente. Foram contínuas sessões com os profissionais do IBOPE, não só para darmos o *briefing* correto, como para chegarmos aos conteúdos fraseológicos que nos interessavam. Entendendo desde o início que a pesquisa, por seu âmbito e escopo, era uma oportunidade que não se podia desperdiçar, convidamos vários representantes de organismos governamentais e não-governamentais para criticar/sugerir modificações no questionário. Foi um trabalho coletivo, exaustivo e frustrante. Isto porque, depois de muito trabalho, pesando cada palavra numa frase, cada conteúdo, testamos o questionário. Duas vezes testado, uma vez junto à população da periferia de São Paulo (o questionário inteiro), outra junto a amostras de duas grandes cidades (Rio e São Paulo, apenas a parte do questionário considerada problemática), a conclusão era a mesma: as formulações eram excessivamente complexas, os termos sofisticados, por duas vezes a palavra "desenvolvimento" não fora sequer entendida. Estava se confirmando o fato de que o baixo perfil educacional da população brasileira podia decidir os destinos da pesquisa. Ocorreu então uma experiência que achamos fundamental registrar: abrir mão de certos rigores academicistas e ouvir mais os técnicos do instituto que se

contrata, tentar com empenho, e com bom senso, um diálogo possível e desejado entre "técnicos" e "acadêmicos"; com muita freqüência suas "dicas" e reparos são mais do que cacoetes do ofício e significam uma grande economia de tempo para nós. Cremos, contudo, que o estabelecimento de laços de confiança e de cooperação entre o que chamamos de "duas culturas" serão conquistados com a prática cada vez mais valorizada de combinar esforços e técnicas gerados em diferentes áreas, entre diferentes competências.

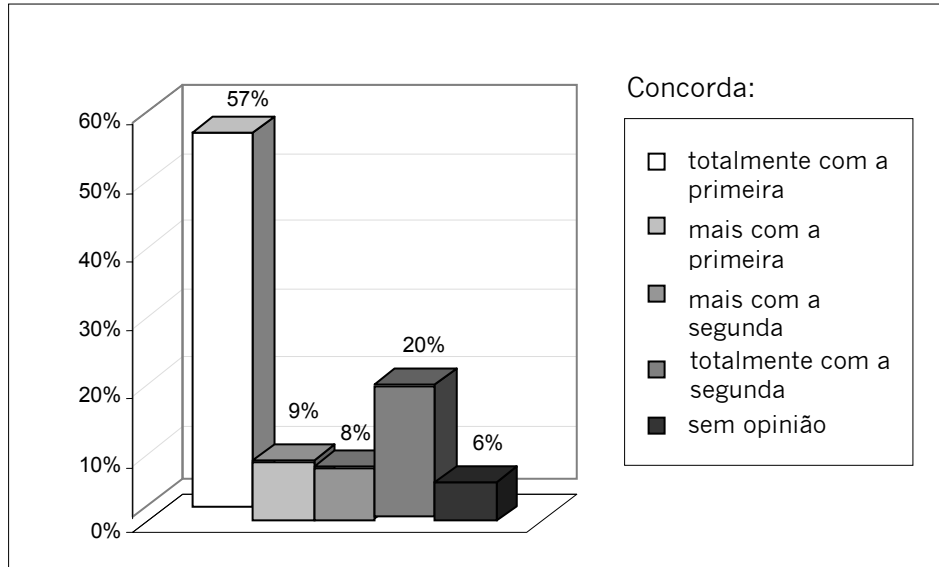
Após três versões exaustivamente discutidas, chegamos ao questionário final, quase setenta itens de perguntas, implicando uma entrevista superior a meia hora de duração, o que, segundo os técnicos, "cansava" o entrevistado levando-o a responder "qualquer coisa". Insistimos em algumas questões abertas, principalmente nos casos em que a intenção era distinguir modalidades de motivação. Isto foi feito, por exemplo, na pergunta "por que você acha importante cuidar do meio ambiente?". Evidentemente, se fechássemos essa questão, oferecendo as alternativas que seriam razoáveis, tais como "por causa de nossa saúde", "porque a natureza é sagrada", ou outras tantas possibilidades, não teríamos o *verbatim* que ofereceu um material de análise bem mais rico e que por sua natureza – espontânea – permitiu-nos a seguinte inferência: de modo semelhante ao que ocorre em países onde a consciência ecológica da população é tida como bastante desenvolvida, coexistem na mentalidade dos brasileiros duas principais percepções: uma utilitária, por assim dizer, onde cuidar do meio ambiente e ter atitudes de preservação significa estar cuidando do próprio bem estar, e outra de cunho mais "ecocêntrico", na qual está expressa a idéia de que a natureza tem um valor em si mesma, não tendo o ser humano o direito de destruí-la ou degradá-la (vide Quadro 1). Claro está que esse "ecocentrismo" não equivale ao "biocentrismo" euro-americano, pois enquanto o primeiro tem raiz em uma mentalidade de tipo tradicional, onde a visão de mundo é atravessada por uma racionalidade sacralizadora, onde o ruralismo e folclorismo ainda são ideologias bastante encarnadas, o segundo já se constitui como um registro moderno da tendência à "ressacralização" e se trata de um movimento essencialmente urbano (embora não-urbanista). No rol das diferenças está ainda o fato de que o biocentrismo se consolida cada vez mais como uma facção político-filosófica no interior do movimento ambientalista mundial, enquanto o ecocentrismo aqui apontado (ou suposto) não passa de um estado de consciência sem qualquer caráter de uma maior organização ou expressão política.

Quadro 1

Antropocentrismo vs. visão sacralizada da natureza:

1ª: A natureza é sagrada e o homem não deve interferir nela.

2ª: O homem deve ter o controle sobre a natureza, pois não está mexendo com algo sagrado.



Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: definições e recortes

Ao mesmo tempo em que resolvíamos o questionário da pesquisa quantitativa, enfrentávamos o desafio de definirmos uma abordagem para a pesquisa qualitativa – com base na técnica das entrevistas em profundidade. Embora já haja uma certa cultura consolidada desse tipo de análise em institutos como IBOPE, GALLUP, etc., só para citar os mais conhecidos, decidimos assumir integralmente a concepção e execução da pesquisa. Com esse fim foram contratados seis pesquisadores pós-graduados e um técnico em pesquisa qualitativa de uma pequena empresa paulista. Tentamos então, com sucesso, uma combinação entre nossas demandas (roteiros mais complexos, rigor na transcrição dos textos e na seleção dos elementos de análise) com os instrumentos de coleta e agregação dos dados desenvolvidos pela chamada "pesquisa para o mercado". Enquanto trabalhávamos mais os aspectos teóricos do nosso trabalho, o técnico treinava a equipe na arte de entrevistar, de usar e recuperar a informação.

Quase não há dissenso nesse tipo de pesquisa sobre que grupos compõem a fração da população tida como formadora de opinião. Na quase totalidade dos trabalhos existentes são entrevistados os empresários, políticos, técnicos governamentais (envolvidos na formulação/execução de políticas públicas), jornalistas,

lideranças de associações profissionais ou de "organizações da sociedade civil", professores, padres, intelectuais e artistas, e ainda uma gama variada de "personalidades públicas", indivíduos-síntese. Encarna com perfeição esta última categoria o sociólogo Herbert de Souza, chamado pública e carinhosamente de "Betinho", que no momento tem sua visibilidade atrelada ao movimento cívico intitulado "Campanha de combate à miséria e à fome, e pela vida".

No caso da nossa pesquisa, porém, havíamos adotado um modelo teórico de entendimento acerca de como se dava a dinâmica de incorporação da questão ambiental na sociedade brasileira que demandava recortes menos genéricos. Esse modelo foi elaborado pelo cientista político Eduardo José Viola, acima citado, e se acha descrito no artigo "A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil dos anos 80", uma vez que não há possibilidade de se fazer comparação direta entre dados obtidos numa pesquisa de opinião nacional de tipo quantitativa, com dados coletados em pesquisa de tipo setorial e qualitativa, o nosso objetivo foi direcionar toda a prospecção desta última no sentido de verificar a veracidade e a operacionalidade do modelo sugerido por Viola. Além disso, os dois materiais significavam, de um lado, a opinião do brasileiro médio, do cidadão comum, de outro, a opinião das chamadas elites dirigentes. Até que ponto havia convergência de opinião/percepção entre esses dois segmentos era uma coisa a ver.

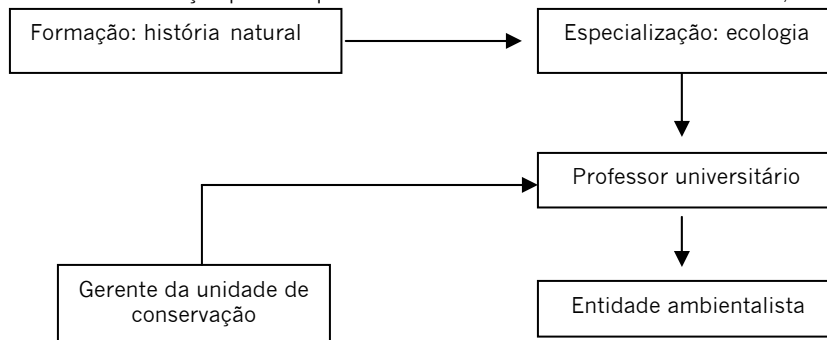
Inspirou o modelo de Viola a tese de que o movimento ambientalista no Brasil apresenta duas fases distintas: uma *fundacional* (1971-1986) e outra de *transição* (1986-199_). Na primeira fase teria predominado o *bissetorialismo*. Isto é, uma ação de setores não-governamentais (associações livres de caráter profissional/comunitário) e o setor governamental. Já a fase de *transição* poderia ser caracterizada por uma ação *multissetorial*, com diversos segmentos sociais e profissionais incorporando a preocupação com o meio ambiente, complexificando (e ampliando) as políticas públicas e o debate nacional em tomo da temática.

A idéia do *multissetorialismo*, no entanto, não significa que todos os setores que se abrem à questão ambiental o fazem de um mesmo modo e segundo uma mesma lógica. Em outras palavras, não são todos os setores, nem ao mesmo tempo. Daí que, além de termos de eleger os setores-chave para entendermos o modelo multissetorial proposto, tínhamos que ter roteiros de entrevistas que permitissem captar essas diferentes lógicas e ritmos.

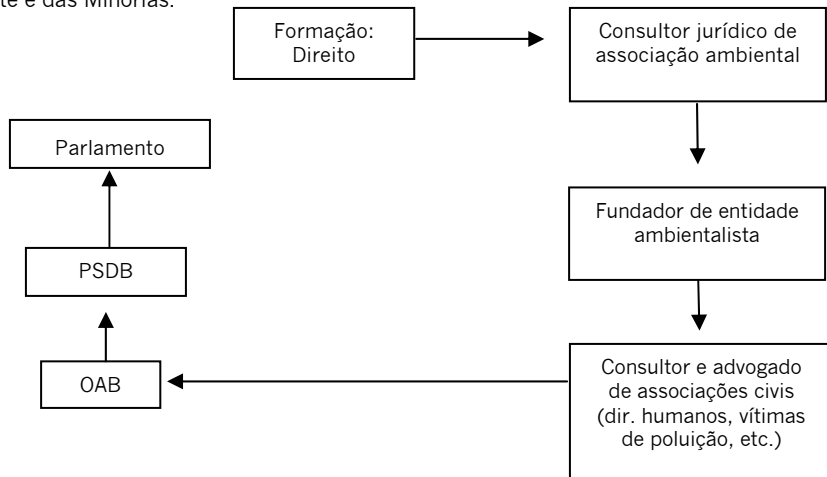
Após consulta ao próprio Viola, que foi incorporado à pesquisa como consultor, resolvemos entrevistar somente indivíduos reconhecidamente interessados e/ou envolvidos com a problemática ambiental. Indivíduos localizados naqueles setores considerados chave na formação de um núcleo mais orgânico e mais conseqüente de opinião pró-ambientalista. Os setores eleitos foram seis: empresários, parlamentares, técnicos governamentais, cientistas, militantes do movimento social ambientalizado e ambientalistas pertencentes ao movimento ecologista organizado estrito senso.

Duas categorias também consideradas chaves e que aparentemente não se acham contempladas com o recorte acima – a dos jornalistas e professores/educadores ambientais foram incluídas de modo não convencional. Explica-se: através da nossa percepção de que na verdade muitos indivíduos atuam em mais de um setor, elegemos para a entrevista, sempre que possível, pessoas que tinham comprovada influência na formação de opinião em mais de um setor. Dois exemplos colhidos da nossa amostra ilustram o que desejamos assinalar:

- Ambientalista transetorial: ao especializar-se em ecologia, começou a ministrar aulas na matéria. Foi presidente com cinco mandatos consecutivos de importante entidade ambientalista catarinense, que fundou "por influência do Dr. Paulo Nogueira Netto". Atualmente combina as atividades de vice-presidente da entidade, membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente, professor universitário e gerente geral do Parque Ecológico Artex, uma unidade de conservação privada que mantém uma área de Mata Atlântica com 5,3 mil hectares.



- Parlamentar transetorial: formado advogado, começou a prestar consultoria jurídica numa associação ambientalista. Com o tempo, aprofundou-se na temática e fundou uma entidade que presidiu até entrar no PSDB e ser eleito Deputado Federal. Também atuou como advogado em várias associações civis, como a formada pelas Vítimas da Poluição de Cubatão e a Comissão de Direitos Humanos que ajudou a criar no âmbito da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). No parlamento, preside a Comissão dos Direitos do Consumidor, do Meio Ambiente e das Minorias.



Esse fenômeno, por nós intitulado de "trans-setorialismo", permitiu que alguns setores fossem agregados, ainda que perifericamente.

Foram então realizadas 90 (noventa) entrevistas, portanto 15 (quinze) por setor e posteriormente selecionadas 72 (setenta e duas) para análise. As três tabelas abaixo caracterizam a amostra:

Tabela 1
Características dos setores

SETOR	COMPOSIÇÃO	ENTREVISTA
AMBIENTALISTAS	Presidente/vice-presidente, fundadores, coordenadores, conselheiros, etc., destas entidades: ACAPRENA, ADEA, AME, APANDE, APREMAVI, ASPAN, BIODIVERSITAS, Brigada Ecológica e União dos Ecologistas de Alagoas, Centro Norte Fluminense de Conservação da Natureza, GAMBÁ e ADFG/AT	12
TÉCNICOS GOVERNAMENTAIS	Esfera federal	5
	Esfera estadual	5
	Esfera municipal	2
CIENTISTAS	Biólogos	3
	Físicos	2
	Economistas	2
	Geógrafos	2
	Engenheiro agrônomo	1
	Historiador	1
	Zoólogo	1
MOVIMENTOS SOCIAIS	Movimento sindical	3
	Movimento de mulheres	2
	Movimento indígena	2
	Igreja católica e presbiteriana	2
	Movimento de negros	1
	Moradores atingidos por barragens	1
	Entidade de assessoria e movimentos populares	1
EMPRESÁRIOS	Líderes de associações empresariais	2
	Empresas distribuidoras de petróleo	2
	Química e petroquímica	2
	Papel/celulose	2
	Comunicação	2
	Construção civil	1
	Metalurgia	1
POLÍTICOS	Deputados federais (PSDB, PT, PSD, PC, PC do B)	5
	Deputados estaduais (PPS, PFL)	3
	Vereador (PT, PSB)	3
	Ex-deputado estadual (PV)*	1

* As siglas correspondem às seguintes agremiações: Partido da Social Democracia Brasileira; Partido dos Trabalhadores; Partido Verde; Partido Socialista Brasileiro; Partido Comunista Brasileiro; Partido Popular Socialista; Partido da Frente Liberal.

Tabela 2
Composição sócio-demográfica da amostra
(sexo, região, idade média, nível de instrução)

	TOTAL (72)		AMBIENTA- LISTAS	TÉCNICOS GOVERNA- MENTAIS	CIENTISTAS	MOVIMENTOS SOCIAIS	EMPRE- SÁRIOS	POLÍTICOS
	na	%						
			12	12	12	12	12	12
SEXO								
Masculino	58	81	8	10	10	9	11	12
Feminino	14	19	4	2	2	3	1	10
REGIÃO								
Sudeste	57	79	5	9	10	11	11	11
Sul	8	11	3	3	-	1	1	-
Nordeste	4	6	3	-	-	-	-	1
Centro-oeste	2	3	1	-	1	-	-	-
Norte	1	1	-	-	1	-	-	-
IDADE MÉDIA			(45)	(45)	(55)	(45)	(45)	(45)
NÍVEL DE INSTRUÇÃO								
Superior	60	83	10	12	12	5	11	10
Não tem curso superior	3	4	1	-	-	2	-	-
Não discrimi- nam / só profissão	9	13	1	-	-	5	1	2

Tabela 3
Composição sócio-demográfica da amostra (instrução/área de formação)

	TOTAL (72)		AMBIEN- TALISTAS	TÉCNICOS GOVERNA- MENTAIS	CIENTIS- TAS	MOVIMEN- TOS SOCIAIS	EMPRESÁ- RIOS	POLÍTICOS
	na	%						
			12	12	12	12	12	12
Nível superior	60	83	10	12	12	5	11	10
Engenheiros (civil, hidráulico, agrônomo, eletricista)	13	18	1	3	1	-	8	-
Biólogos	10	14	6	1	3	-	-	-
Cientistas sociais (sociólogos, cientista político, antropólogo)	5	7	-	3	-	2	-	-
Advogados	5	7	-	1	-	1	-	3
Historiadores	4	5	1	-	1	-	-	2
Geógrafos	4	5	-	1	2	-	1	-
Médicos	3	4	-	1	-	-	-	2
Economistas	3	4	-	-	2	-	-	1
Arquitetos	2	3	-	1	-	-	1	-
Físicos	2	3	-	-	2	-	-	-
Professores línguas	2	3	-	-	-	1	-	-
Outros (pedagogos, agrônomo, psicólo- gos, químicos, admi- nistradores de em- presas, advogados e administradores)	7	10	1	-	1	1	1	2
Não tem curso superior	3	4	1	-	-	2	-	-
Não discriminam/ só profissão (jornalistas, fotógrafos, outros)	9	13	1	-	-	5	1	2

Sincronizando tempos e falas

Uma vez presumido que os setores tinham ritmos e lógicas próprias e, o mais importante, questões específicas, desenvolvemos um roteiro básico de entrevistas, com temas que nos interessavam tratar de um modo geral, e acoplamos a esse roteiro seis outros com temas considerados de interesse específico de cada setor. Por exemplo, as perguntas sob o bloco temático “percepções acerca do RIO-92” foram feitas a todos os setores, mas as perguntas relacionadas à lógica da pesquisa científica, à contribuição específica do setor científico, pertencentes ao bloco “ciência e meio-ambiente” foram feitas aos cientistas e técnicos. Esta dupla orientação das entrevistas, uma parte voltada para uma tomada de opinião mais geral sobre determinados temas, e outra para temas particularizados, trouxe uma complexidade imensa para a análise, exigindo dois tipos de planilhamento de cada entrevista e depois de agregação dos dados gerais e por setor. Como resultado positivo permitiu-nos recuperar com clareza a lógica de cada setor e o grau de convicção/consciência que cada um apresenta, tomando como base as falas/idéias/teses de seus representantes.

A fim de medirmos, ainda que de maneira um tanto especulativa, o grau diferenciado de "consciência ecológica" que os setores deveriam possuir, arbitramos alguns gradientes e imaginamos um "continuum" onde os setores se posicionariam a partir de um sinal negativo (menos orgânico), em direção à positividade plena (mais orgânico). A relativização desses gradientes foi definida em função de um ideário ecologista, constituído de idéias-força e teses pinçadas da literatura de cunho militante existente, tanto no eixo que poderíamos chamar de técnico-científica, quanto no de caráter mais político. Seguem o ideário identificado e o gráfico que pudemos idealizar a partir da análise dos setores:

a) O ideário ecologista

- crença na "lei da entropia" e na unidade sistêmica do planeta Terra;
- crença nas teses de que a expansão biológica do ser humano (explosão demográfica), ocorrida sobretudo neste último século, levará inexoravelmente a uma maior diminuição dos recursos naturais, ainda que os problemas políticos relativos ao consumo desigual entre os povos e as nações sejam equacionados;
- crença na necessidade de se rever os padrões da interação homem-meio natural e postura radical contra uma "leitura" economicista/utilitarista do mundo e das relações entre os homens e entre estes e o meio biótico;

- crença na possibilidade de extinção da vida (pelo menos na forma em que a conhecemos) no planeta Terra e na necessidade de se forjar uma nova ética que tenha por valor fundamental a idéia de uma vida plena e integrada de todos os seres;
- crença na insustentabilidade do atual "modelo de desenvolvimento" adotado no ocidente, baseado na intensificação da produção e do consumo de bens que têm como matéria-prima recursos naturais;
- crença na idéia de que a chave do fracasso ou do sucesso da espécie humana estão em recuperar o "equilíbrio ecológico" através da "sustentabilidade" – significando isso a imediata redução das atividades agressivas/predatórias e a adoção de "processos limpos", mais econômicos em termos do consumo de energia e dos recursos não renováveis;
- crença na emergência de uma "sociedade planetária", na possibilidade, portanto, de se articular consensos entre sociedades ricas e centrais e sociedades pobres e periféricas, a fim de dar solução à crise ecológica que é vista como global;
- crença na idéia de que a "crise de civilização" por que passamos engendra necessariamente uma nova sensibilidade e/ou subjetividade que localiza no campo da cultura a força motriz da futura sociedade "orientada por e para os valores ecológicos";

b) Consciência ecológica/posição dos setores

Quadro 2

Políticos	Empresários	Mov. sociais	Cientistas	Técnicos	Ambientalistas
Gradientes: - demonstrou um maior nível de informação sobre meio ambiente; - repertório mais amplo de problemas ambientais; - idéias/ concepções mais orgânicas; - visão de mundo orientada					

Resultados gerais das duas pesquisas

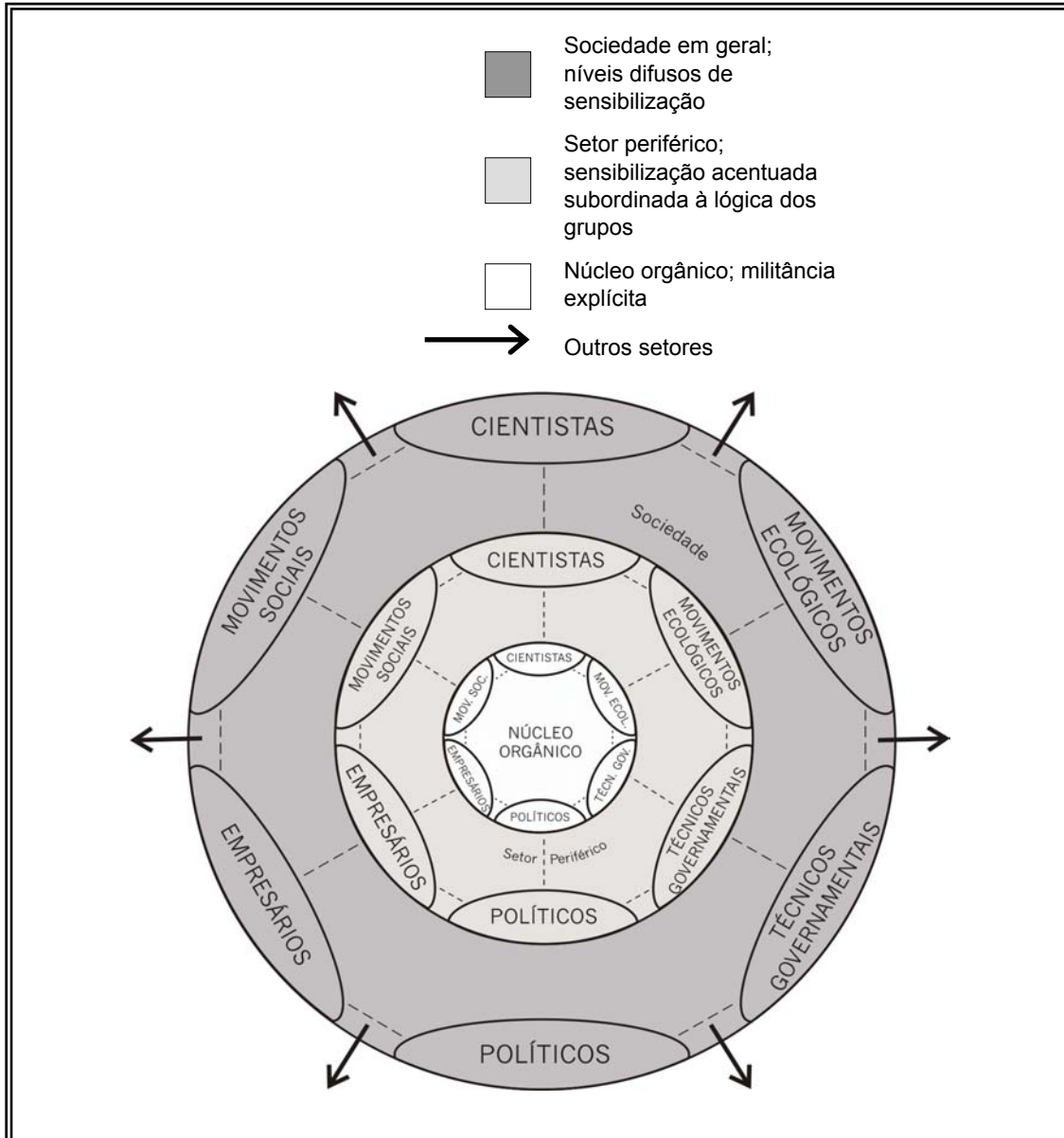
1 - Da pesquisa qualitativa

Surge uma comunidade ambiental no Brasil

Em termos mais teóricos, a pesquisa indicou que a convocação da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, feita em 1987, logo após a publicação do Relatório Brundtland, intitulado "Nosso Futuro Comum", provocou a intensificação no Brasil, como no restante do mundo, dos debates e do interesse em torno dos problemas ambientais. A perspectiva da Conferência realizar-se no Rio – o que afinal aconteceu – acelerou o processo de incorporação da problemática no país, fazendo com que todos os setores prospectados realizassem maciços investimentos a fim de qualificar sua intervenção no debate que então se armava. A intensificação dos contatos entre os setores, com a realização de inúmeros seminários, encontros, tentativas de elaborar fóruns e documentos coletivos e até mesmo organismos de caráter associativo, imprimiu extraordinário dinamismo ao multissetorialismo, dando-lhe uma nova qualidade. Aumentou o número dos indivíduos trans-setoriais, capazes de fazer "pontes" entre os distintos setores, capazes de traduzir uma lógica na outra, de procurar consensos em discursos diferentes sobre o mesmo objeto e área de interesse. Tais fatos, relevantes, se pensados os seus impactos, nos permitiu concluir que ao multissetorialismo complexo começa a suceder uma "comunidade ambiental", ainda em estágio incipiente de formação. Esta comunidade, como sugere o quadro abaixo, é constituída, em primeiro lugar, de um "núcleo orgânico", formado por ambientalistas estrito senso, indivíduos dotados de alto grau de convicção e originários de todos os setores; e de um estrato periférico, também congregando indivíduos de todos os setores considerados na pesquisa.

Distinguir na amostra os que são "ambientalistas" dos "ambientalizados" foi fundamental para gradualizar o nível de interesse e domínio demonstrado entre os entrevistados pela problemática ambiental, além de permitir concluir que, à exceção dos setores "ambientalistas" e "técnicos governamentais", os indivíduos em processo de ambientalização, isto é, em fase de familiarização com o universo mental do ambientalismo (enquanto uma ideologia) são, em todos os setores, numericamente superiores aos ambientalistas. Indicou ainda, claramente, o seguinte fato: quanto menos ambientalizado o indivíduo é, mais seu discurso aparece atrelado à lógica do setor a que pertence: no raciocínio inverso, quanto mais convicto, menos o seu discurso aparece como setorial.

Quadro 3



Mas a conclusão de que já existe no país uma comunidade ambiental, ainda que incipiente, não se funda somente na identificação de indivíduos semelhantes e objetivos comuns. Também foi detectado pela pesquisa que essa comunidade ambiental constrói seus alicerces a partir de alguns fatores internos e externos à sua própria dinâmica.

Na qualidade de fatores externos, apontamos: a) legitimidade que a problemática ambiental vem alcançando nas sociedades desenvolvidas do ocidente e naquelas sob sua influência; b) um "caldeirão" cultural que proporciona uma conjuntura político-ideológica bastante favorável ao surgimento de novas utopias e projetos sociais; c) a ação concreta de organismos internacionais, no campo governamental (como a própria ONU), e não-governamental (como a GREENPEACE, a WWF e o WORLD WATCH INSTITUTE, por exemplo) que promovem uma discussão ampla sobre meio ambiente e desenvolvimento, resultando na convocação da "Earth Summit", com efeitos multiplicadores.

Como fatores internos, destacamos a difícil mensuração se tomado somente o curto prazo: a) competência técnica acumulada num período pouco superior a 20 anos do nosso ambientalismo "bissetorial", para usarmos a expressão cunhada por Viola (entidades ambientalistas e técnicos governamentais) que não deixou de se articular com alguns outros nichos localizados na universidade e em outros setores; b) a demanda criada pelas oportunidades profissionais e de militância que se abriram com a evolução da legislação e das regulamentações à atividade produtiva, no que se refere à "proteção ao meio ambiente"; c) a ampliação da qualificação político-ideológica (maior consistência, maior poder de influência) à medida que se generaliza o fenômeno acima mencionado do "transetorialismo". O "transetorialismo" é, em síntese, um maior contato entre os setores, operado por indivíduos/militantes transsetoriais, que a partir de sua dupla, às vezes tripla ou quádrupla inserção dinamizam objetivos comuns, apontam/realizam complementariedades e "costuram" alianças entre grupos e setores. Em nossa pesquisa, dos 72 (setenta e dois) entrevistados, 41 (quarenta e um) foram identificados como sendo ecologistas. Destes 41 (quarenta e um), 26 (vinte e seis) apresentavam a característica de serem indivíduos trans-setoriais.

Perfil do ecologista brasileiro

Ecologista ou ambientalista? Embora os dois termos sejam empregados como intercambiáveis pelos próprios ecologistas, alguns poucos entrevistados reagiram ao serem identificados como "ecologistas". Para eles, a palavra ecologista tem um sentido estigmatizante, vinculado à idéia de uma militância do tipo "xiita" (radical). No geral, contudo, ambientalismo/ecologismo, ambientalista/ecologista são usados como sinônimos.

Os ecologistas pertencentes ao núcleo orgânico da recém-constituída “comunidade ambiental” são das classes média e média-alta, nasceram e são moradores de centros urbanos, a maior parte está no sudeste do país. Eles têm entre 25 e 35 anos, cursaram um ou mais cursos superiores (é bastante comum a formação multidisciplinar) e militam pelo menos há dez anos no movimento ambiental brasileiro. Exercem um amplo leque de profissões liberais, porém destaca-se um amplo contingente de profissionais formados na área das chamadas ciências biológicas. Definem-se, no geral, como sócio-ambientalistas. O termo “sócio-ambientalismo”, na literatura especializada, serve para designar o fenômeno da ambientalização, entendida como uma sensibilização para com a problemática ambiental, dos movimentos sociais. Aqui, porém, e por menção espontânea dos próprios integrantes do movimento, e da comunidade, “sócio-ambientalismo” quer dizer que nossos ecologistas reconhecem a indissociabilidade entre o que seria a problemática social e a ambiental. Em termos das trajetórias individuais, os ecologistas mais velhos (mais de 50 anos), admitem terem “evoluído” de uma postura mais “conservacionista”, isto é, mais vinculada à defesa da fauna e flora, para outra que integra a preocupação com o desenvolvimento humano e que é nomeada “eco-desenvolvimentista” .

Não existe, pelo menos hoje, uma oposição clara entre “direita” e “esquerda” no interior do movimento da comunidade ambiental brasileira. O contraste básico entre as facções não é político no sentido tradicional, que separava capitalistas de socialistas. A diferença mais marcante está entre conservacionistas e ecodesenvolvimentistas (ou sócio-ambientalistas), demarcando fronteiras entre posições mais “naturistas” e mais “sociais”. Há um consenso generalizado de que o biocentrismo não é ecologicamente correto e que o ambientalismo deve superar a tentativa de ser uma ideologia de grupo, para propor-se como um amplo movimento de reforma social que tem por ambição contemplar/englobar todas as dimensões da realidade (natural, histórica, social e espiritual).

Três gerações de militantes

Aspectos culturais/geracionais dividem a militância ecológica brasileira em três grupos: os “ecodinossauros”, os “revolucionários” e os “holísticos”.

Os “ecodinossauros” têm mais de 55 anos, formaram-se no ambientalismo clássico (defesa de fauna e flora) e na cultura de entidades pioneiras. Embora a maioria tenha se atualizado e continue ativa – detendo, por seu lastro, grande poder no seio da comunidade – encontra dificuldade de partilhar da perspectiva holística e mais utópica das gerações mais jovens. Dois “ecodinossauros” típicos são os professores paulistas Paulo Nogueira Neto e Aziz Ab'Saber, dois “medalhões” do ambientalismo brasileiro situados no setor científico, mas com ampla atuação trans-setorial.

Os “revolucionários” têm idade entre 45 e 55 anos. São os forjadores de um “ambientalismo social”, quer numa vertente mais técnica ou política. A cultura do seu tempo levou-os a entender o ambientalismo como uma forma de questionamento, de espaço político para reivindicar justiça social e afirmar a cidadania. Referências clássicas do marxismo orientam o discurso/militância desse grupo que teve grande prestígio, no Brasil, no processo de redemocratização do país e de resistência à ditadura militar. Dois exemplos típicos desse grupo são o jornalista paulista Randau Marques e o sociólogo carioca Roberto Pereira Guimarães.

Os “holísticos” têm idade entre 35 e 45 anos e constituem, atualmente, o grupo que mais recruta adeptos, exercendo notável influência nos estratos mais jovens do movimento ambientalista. São herdeiros de uma cultura do desencanto, da “revolução epistemológica” provocada pela visão sistêmica e interacionista havida nas ciências da vida. Combinam, no seu discurso, várias tradições, às vezes contraditórias entre si, como fica expresso no fato de que o “holismo” que professam (a crença de que tudo está integrado, que o todo interage com as partes, e que isso ocorre seja na escala de um único ser, seja na escala do universo) tanto se fundamenta em teses científicas quanto em proposições de fé do tipo religiosa. Dois perfis típicos das hostes holísticas são o cientista social carioca José Augusto Pádua, atualmente militante de tempo integral no movimento internacional Greenpeace, recém aportado no Brasil, e o deputado federal de origem paulista, Fabio Feldmann.

2 - Da pesquisa quantitativa

Como o encarte especial publicado neste número de Opinião Pública traz o conjunto dos resultados destacáveis da pesquisa que fizemos com o IBOPE, nos deteremos somente em acentuar certas surpresas que a prospecção junto à população nos trouxe e alguns dados que implicam em rever, ou ver com mais cuidado, algumas teses acerca da consciência ambiental do brasileiro médio.

Para o brasileiro, ecologia é sinônimo de natureza e o desmatamento é o principal problema ambiental

Foi apresentada aos 3.650 entrevistados da pesquisa uma lista de 15 elementos que compõem o meio ambiente. Metade dos entrevistados incluiu no máximo 06 itens. Somente 8%, pertencentes aos estratos de perfil educacional mais alto, citaram todos os elementos. Menos de 20% demonstraram ter noção de que as cidades, favelas etc., são meio ambiente também. Isso tem consequências

evidentes se pensarmos que mais de 70% da população brasileira vive nas cidades, e que grande parte das políticas públicas de preservação referem-se à proteção ambiental em meios urbanos. Também o fato de 40% dos entrevistados terem apontado o desmatamento como o principal problema ambiental, revela a dominância de uma consciência ecológica de cunho “naturista”, até certo ponto ingênua, uma vez que a falta de esgotamento sanitário e de água potável, segundo os técnicos e cientistas, se constitui hoje no principal problema ambiental brasileiro. De acordo com estes mesmos técnicos, somente 8% da população usufruem hoje dos benefícios do saneamento básico.

A população não conhece os ambientalistas e não faz distinção entre governo e “sociedade civil”

Somente 8% dos entrevistados foram capazes de citar um nome de entidade ambientalista. Ainda assim, poucos fizeram distinção entre agências governamentais de proteção e fiscalização, tipo IBAMA (a mais citada), SEMAs, etc., e as chamadas entidades da sociedade civil. Destas últimas, a maior parte das menções foi para as estrangeiras, GREENPEACE e WWF, em particular graças talvez ao marketing e a mídia televisiva que dá suporte às suas campanhas. Estes dados, obtidos às vésperas da RIO-92 (a prospecção foi realizada em janeiro) são inquietantes, pois a cobertura da mídia em cima da temática ambiental foi intensa no período. Além disso, indicam que será necessário às ONGs ambientalistas um esforço de comunicação com a sociedade maior, no sentido de legitimar sua ação e obter as adesões necessárias à ampliação de sua influência.

Os brasileiros vêm com simpatia a cooperação de estrangeiros

Enquanto a pesquisa qualitativa com os formadores de opinião revelou que nossas elites vêm com desconfiança o interesse do mundo desenvolvido pela Amazônia e recusam qualquer tipo de ingerência externa no tratamento de nossos problemas ambientais, a maior parte da população, ao contrário, é simpática à idéia de um gerenciamento internacional de áreas consideradas de interesse da humanidade, com 91% dos entrevistados posicionando-se a favor desse gerenciamento e 78% aprovando a criação de um tribunal internacional com o fim de punir crimes ecológicos. Essa predisposição demonstrada pela população em aceitar discutir e até mesmo concordar com um monitoramento internacional, em se tratando de questões ambientais, entra em perfeita sintonia com a tese

ambientalista de que a crise ambiental é planetária, tem efeitos globais e que, portanto, não pode ser tratada nos moldes em que os estados nacionais costumavam tratar, zelando por um conceito de soberania já defasado, incapaz de responder à realidade histórica e política de nossos dias. Mostra ainda que esse "gap" entre o que a população pensa e a ação de nossas elites pode significar uma considerável falta de base política a certas políticas ditas públicas, porém de fato gestadas em gabinetes onde opinam somente os lobistas dos setores dirigentes.

Brasileiros são a favor do controle da natalidade

Três perguntas do questionário, formuladas com proposições alternativas, tentaram prospectar a opinião do brasileiro com respeito ao controle de natalidade /planejamento familiar. O interesse da pesquisa nessa temática prendeu-se ao fato de que o crescimento populacional é considerado, entre os ecologistas de um modo geral, como uma das grandes ameaças que pesa sobre o equilíbrio ecológico do planeta. Enquanto nos anos sessenta/setenta o crescimento populacional foi tratado sob a ótica de se conseguir a estabilidade política e a prosperidade econômica (criação de empregos, maiores oportunidades de educação e de qualificação para o trabalho, necessidade de planejar os investimentos públicos), neste final de século e no próximo, a preocupação é deter o avanço de contingentes populacionais sobre as últimas reservas de recursos existentes. Essa discussão causa paixão e controvérsias entre uma posição que seria típica do norte (mundo desenvolvido) e outra do sul, na qual o Brasil estaria incluído.

Contudo, enquanto os gestores de políticas públicas ligadas ao controle populacional (que nunca foi explicitamente assumido pelo Estado brasileiro) pensa que o Brasil já passa por uma transição demográfica e os grupos ligados aos direitos reprodutivos mostram os números do sucesso da política tolerada de esterilização de mulheres no país, o que pensa nossa população? Do total dos consultados, 68% aprovam a criação de incentivos para limitar o número de filhos. Em cada 10 pessoas ouvidas, 7 concordam em que se deve planejar o número de filhos, não só considerando a própria situação de vida mas também o problema da superpopulação da Terra. Esta opinião é mais acentuada entre as mulheres que trabalham e na faixa etária que vai de 26 a 40 anos. Surpreendentemente, enquanto a maioria de nossa população seja considerada católica, o índice mais relevante de desaprovação no que se refere à limitação de filhos está entre os que se declararam protestantes, nos grupos mais idosos e entre os moradores de área rural.

Disposição para sacrifícios

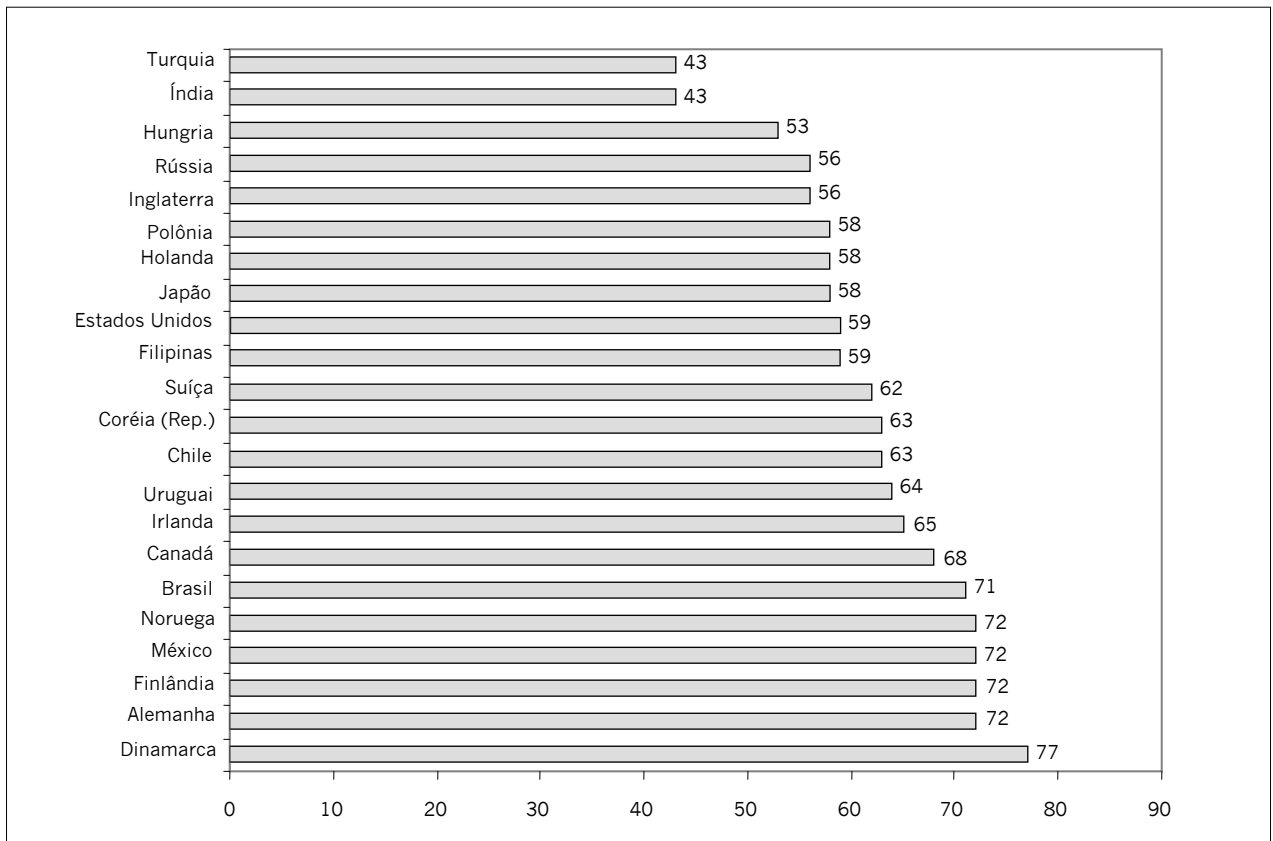
Quando perguntados sobre seu interesse no tema e sobre as motivações que os levaram a declarar-se a favor de um maior rigor na aplicação de penalidades aos poluidores, degradadores do meio ambiente de um modo geral, os entrevistados demonstraram, principalmente entre os estratos populacionais mais instruídos, um bom nível de informação acerca dos chamados problemas ambientais, sabendo identificá-los e relacioná-los às questões de saúde e qualidade de vida. Em termos da aferição de uma consciência ecológica mais consistente, porém, é muito importante verificar até que ponto as intenções tendem a virar ação concreta. Deste modo, um item fundamental em pesquisas deste tipo refere-se à disposição que os indivíduos demonstram para fazer sacrifícios que tanto podem estar ao nível da mudança de hábitos, quanto em pagar/gastar mais, a fim de apoiar certas iniciativas e/ou políticas. Foi mostrado aos entrevistados um repertório de alternativas que podiam ser adotadas em favor da melhora do meio ambiente e solicitado que escolhessem três, por ordem de importância. A primeira foi “coleta seletiva de lixo”, reunindo 59% das opções, seguida da “escolha de produtos industriais que não prejudicam o meio ambiente” – 55%. “Redução no consumo de energia” e “participação de mutirão” e ações como a de reflorestar encostas, etc., obtiveram, cada uma, 38% das escolhas. Uma coisa aparentemente simples como “regular o motor do carro” e “pagar uma taxa extra para saneamento” tiveram, respectivamente 19% e 17%. Deixar de usar o carro uma vez por semana, apareceu com o percentual de apenas 14%.

Pesquisas internacionais mostram que a disposição para sacrifícios, ainda mais quando os mesmos significam maior comprometimento do orçamento familiar, tende a diminuir em épocas de recessão econômica, e que o interesse pela temática ambiental é secundarizado no leque das prioridades. Este padrão, no entanto, é confirmado contraditoriamente em pesquisas feitas em países do terceiro mundo onde, sabidamente, os problemas econômicos são graves e a pobreza cresce em vez de diminuir. Quando colocados numa grade maior de problemas como inflação, desemprego, violência, etc., os de ordem ambiental ficam bastante relativizados, atingindo *scores* baixos.

Contudo, perguntas como as que implicam escolher entre crescimento econômico mais lento e menos degradação ambiental, têm obtido respostas surpreendentes em países como o Brasil, México, Turquia, Índia, etc. Pesquisa realizada em 22 países pelo Gallup International Institute (Health Planet Survey) realizada praticamente no mesmo período da nossa, revelam diferenças desprezíveis entre o que seria uma resposta-padrão de países do norte e a do sul. (Quadro 4)

Quadro 4
Meio ambiente vs crescimento econômico

Porcentagem dos que escolheram proteger o meio ambiente contra o crescimento econômico



Os brasileiros acreditam nos meios de comunicação e é a televisão quem faz a sua cabeça

Finalizando esta exposição dos dados mais genéricos da pesquisa, foi surpreendente constatar que, mesmo entre os estratos de perfil educacional mais altos, independentemente do sexo e da idade, e até mesmo de localização regional, o brasileiro informa-se mesmo pela televisão: 35% das menções no grupo sem instrução formal e 82% no segmento de nível superior. De um modo geral, a população crê no que a mídia (televisiva, radiofônica ou escrita) divulga, pois 43% dos entrevistados declararam que “os meios de comunicação noticiam mais verdades que mentiras” e 14% “só verdades”. Ainda assim, 28% do estrato que se

situa no patamar educacional mais baixo (primário incompleto e completo) não souberam citar, quando perguntados, nenhum meio de informação. Estes dados sobre a influência da mídia na divulgação da temática ambiental colocam como uma questão chave para o pesquisador da consciência ecológica do cidadão um levantamento de como a imprensa e os meios de comunicação têm, de um modo geral, tratado do assunto. Dever-se-ia essa visão “naturalizada” do meio ambiente ao tipo de enfoque que é dado pela mídia? Têm os meios de comunicação pautado os problemas brasileiros ou privilegiado os ditos “grandes problemas”, de ordem mais abstrata ou complexa para o cidadão comum, como os que se relacionam à diminuição da camada de ozônio, às alterações climáticas, etc.? No mínimo, os dados obtidos mostram a imensa responsabilidade da imprensa eletrônica na formação de uma opinião acerca dos problemas ambientais e da necessidade de outros meios aumentarem a eficácia de suas ações. Os problemas do desmatamento e das queimadas, por exemplo, explodiram na mídia brasileira somente após “acontecer no New York Times”.

Comentários finais

A quem os formadores de opinião estão formando?

Ainda que não haja comparabilidade direta entre as duas pesquisas (quantitativa e qualitativa), é possível contrastá-las e perceber como indicador mais relevante a distância, o quase divórcio existente entre o pensamento de nossas elites e o do cidadão comum. Por exemplo, enquanto nossos formadores revelam com suas opiniões um vínculo forte com ideologias que estão sendo hoje contestadas mundialmente (o nacionalismo, o desenvolvimentismo, etc.), o brasileiro médio apresenta uma clara disposição para enfrentar estes assuntos de outro modo. De maneira alguma parecem compartilhar das teses informadas por uma “visão conspirativa” de que os interesses internacionais estão “mexendo os seus pauzinhos” para dominar a Amazônia e expropriar os brasileiros de suas reservas de recursos, idéia expressa em muitos artigos nos jornais e também defendida por uma parte significativa da amostra de formadores considerada em nossa pesquisa.

Não é difícil imaginar a surpresa de governantes e gestores de políticas públicas, caso fosse necessário, em algum futuro próximo, recorrer à prática plebiscitária, para resolver determinados problemas em relação à Amazônia. Mas essa distância a que nos referimos, não se revelou somente neste assunto. Há uma desintonia clara entre o povo e as elites, se assim quisermos generalizar, entre

temas tão importantes como controle populacional, quem é responsável pela proteção do meio ambiente, percepção dos problemas ambientais mais graves, sobre a maneira de tratá-los, concepção de meio ambiente, etc. Evidentemente, pode-se afirmar que os cidadãos brasileiros não têm informação suficiente e, portanto, têm opiniões equivocadas ou “ingênuas”. Ainda assim o problema permanece, pois o cidadão comum vota e vive uma vida concreta, exercendo uma “política do cotidiano”, no que respeita à sua relação com o meio ambiente.

O necessário diálogo entre as várias pesquisas

Conquanto as pesquisas geradas pelo projeto *O quê o brasileiro pensa da ecologia* componham o material mais completo até agora produzido em termos de opinião no Brasil sobre meio ambiente, uma série de outras pesquisas surgiu, por época da Rio-92 e muitas das questões se superpõem, criando a necessidade de se comparar resultados. Pensamos especialmente em duas pesquisas realizadas pelo Gallup, a primeira internacional, já mencionada, e a segunda nacional, levada a cabo em julho de 1992, posterior ao levantamento de dados e mais próxima à Conferência. Com amostragem diferente da nossa, pois só prospectou meios urbanos, esta última pesquisa reafirma uma série de dados por nós obtidos, trazendo uma série de índices muito próximos aos que nossa pesquisa apresenta. Isto se deu especialmente em três questões cobertas por ambas as pesquisas. Nas duas ficou patente que o brasileiro é bastante simpático à idéia da criação de um organismo internacional de controle do meio ambiente e que inclusive monitorasse/ submetesse o governo de nosso país. O mesmo se dá na redução/utilização de parte da dívida externa para projetos de proteção ambiental. Também se auto avaliando, nas duas pesquisas o brasileiro se considera pouco informado sobre as questões ambientais. E, finalmente, nas duas pesquisas é superior a 50% o índice de entrevistados que se declararam dispostos a abrir mão de conforto e até mesmo de emprego se isso significar melhoria da qualidade de vida ambiental. São indicadores por si só curiosos, instigantes e que já apresentam acúmulo suficiente no sentido de sustentar análises mais ambiciosas.

Foram atingidos os objetivos das pesquisas?

Se pensarmos que as pesquisas empreendidas (qualitativa e quantitativa) são apenas um dos suportes, em termos de material empírico, para se proceder uma análise sobre o estágio da consciência ambiental brasileira, sobre o seu conteúdo e perspectiva, é mais do que evidente que seus objetivos foram cumpridos. Pois em nenhum momento, como a própria configuração do programa o demonstra, as pesquisas funcionam como o único material sobre o qual as conclusões serão tiradas. cremos, contudo, e aí pode residir a grande funcionalidade das pesquisas desse tipo, que além dos objetivos acadêmicos que venham a ser cumpridos no médio e longo prazos – pois os bancos de dados ficam disponíveis e podem gerar um número indefinido de outras pesquisas – as mesmas, abstraídos os aspectos absolutamente conjunturais, apresentam quadros da realidade social que podem ser apropriados por variadas agências. Só para exemplificar, embora possivelmente o Partido Verde não tenha encomendado nenhuma pesquisa de opinião, e talvez lhe falte até recursos financeiros para isso, as duas pesquisas realizadas pelo programa *O quê o brasileiro pensa da ecologia* fornecem dados suficientes para subsidiar diagnósticos e futuras estratégias de ampliação de sua influência. cremos, igualmente, que os dados acerca de como os cidadãos brasileiros das camadas de nossas elites, ou das camadas médias da população, vêem o papel/desempenho do Estado/Governo são suficientes para, no mínimo, gerar uma boa discussão seja naquele setor, seja no âmbito da sociedade civil. Enfim, além dos estritos subsídios de ordem acadêmica, além da configuração temática, as pesquisas estão aí e têm muito a dizer aos interlocutores inteligentes sobre um Brasil que vai se desvendando cada vez mais: que vai, como dizia o músico/poeta Cazusa, “mostrando a sua cara”.